

Capital e Canoas têm ajuste em repasses



Hospital Universitário foi um dos que perderam verba desde o começo do programa Assistir

JHULLY COSTA
jhully.costa@zerohora.com.br

Após reuniões com o governo do Estado, Porto Alegre e Canoas conseguiram ajustar os valores repassados pelo programa Assistir aos hospitais que atendem via Sistema Único de Saúde (SUS). As reivindicações de representantes dessas cidades pelo aumento das verbas ocorrem desde o lançamento do modelo, que alterou a forma de destinar recursos às instituições de saúde gaúchas.

Na época do lançamento, em agosto de 2021, o governo estadual apresentou o programa como forma de tornar "mais transparente e justo" o repasse de verbas aos estabelecimentos. A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal) já estimava perda de cerca de R\$ 200 milhões ao ano em transferências a instituições de sua área de abrangência. Neste ano, houve ampliação nos valores, mas as cidades seguiram prevendo prejuízos significativos.

No caso de Porto Alegre, a reunião com a secretária estadual de Saúde, Arita Bergmann, na terça-feira, resultou em acordo que garante aos hospitais que perderam recursos os mesmos valores repassados antes da implementação do Assistir.

Segundo a Secretária Municipal de Saúde, essa combinação é válida até outubro deste ano – durante o encontro, o Estado teria argumentado que, por ora, essa é a proposta que cabe em seu orçamento.

Serviços

Arita destacou que não houve renegociação dos repasses, mas garantia de novos serviços prestados por partes dos hospitais e, com isso, alocação de recursos:

– São novos recursos para novos serviços. No caso do Pronto Socorro (*de Porto Alegre*), a gente colocou no Assistir um suplementar diferenciado para a área de queimados. Então, nós não renegociamos nada.

A reclamação da Capital envolvia a diminuição de repasses a três instituições de saúde – Hospital de Pronto Socorro (HPS), Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e Hospital Restinga e Extremo Sul – a partir da implementação do programa. Entre esses estabelecimentos, o mais afetado foi o HPS, que recebia R\$ 35,7 milhões por ano e passou a ganhar R\$ 10,6 milhões. O valor havia sido reajustado para R\$ 17,7 milhões neste ano, mas continuava bem abaixo do patamar anterior.

Diante do problema, a prefeitura de Porto Alegre cogitava cortar em R\$ 3 milhões mensais a verba de saúde. Os serviços afetados seriam a ala dos queimados do HPS, que perderia seis dos seus 10 leitos, e as análises de testes do pezinho do HMIPV, que ficariam restritas aos recém-nascidos da Capital.

Para o secretário municipal de Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter, a reunião trouxe avanço muito importante, mesmo que não zere os prejuízos até o final deste ano.

À espera de mais recursos para a saúde

Em Canoas, o repasse para o Hospital Universitário (HU) aumentou de R\$ 23 milhões ao ano (valor anunciado no final de janeiro pelo governo do Estado) para R\$ 28,1 milhões, após a renegociação na segunda-feira. Já a verba do Hospital de Pronto Socorro do município foi de R\$ 14,1 milhões para R\$ 17,6 milhões ao ano.

– O HU vai receber recurso porque apresentou novos ambu-

latórios, que não tinham antes. Esses ambulatórios não serão para o município de Canoas. Serão para (*atendimentos de pacientes*) a região – explicou a secretária Arita Bergmann, destacando, novamente, não se tratar de renegociação.

Apesar do avanço, o secretário municipal da Fazenda e interventor do HU, Luis Davi Vicensi, ressalta que o novo valor

direcionado aos dois hospitais (R\$ 45,7 milhões) ainda é muito inferior aos R\$ 107 milhões que as instituições recebiam antes do lançamento do Assistir:

– Tivemos avanço dentro do Assistir, mas ainda está muito abaixo do corte. Menos da metade. Não queremos cortar serviços, por isso, estamos unidos nessa construção. Precisamos avançar ainda mais nessa repactuação.